



RANKINGS *O culpabilizar das vítimas ou o regresso ao liceu...*

Albérico Afonso Costa*

A divulgação dos resultados das provas nacionais do 12º ano em forma de ranking é um dos processos mais visíveis de uma estratégia multifacetada de ataque à escola pública e democrática que trará consequências perniciosas a vários níveis:

Em primeiro lugar visa progressivamente evidenciar a distinção entre as escolas consideradas de excelência e as escolas de segunda ou terceira categoria. As primeiras serão vocacionadas para os alunos que têm possibilidades de prosseguir os estudos nas universidades, as outras serão remetidas para a função da reprodução do tradicional "saber, ler, escrever e con-

tar", destinadas aos jovens previamente destinados a ingressar num mercado de trabalho pouco exigente e desqualificado do ponto de vista da formação. O resultado final redundará numa situação em que a escola terá mais uma vez a responsabilidade de promover um processo de selecção e reprodução das diferenças sociais.

O perfil do novo aluno aproximar-se-á do "bom rapaz" e do "rapaz conformado" que saiba ser um consumidor passivo de saberes já feitos e a afirmação da cidadania pode ficar-se pela magra razão do cantar o hino e pelo conhecimento da bandeira nacional.

Esta forma de "avaliação" vai exercer também, uma fortíssima pressão psicológica sobre os professores que tenderão a procurar novos padrões de eficácia para as suas práticas, que fragilizarão os processos de trabalho colectivo e cooperativo rompendo relações sociais e de afectividade inter-pares, perseguindo exclusivamente a norma apontada para os objectivos de sucesso nos exames nacionais.

Outro dos objectivos pretendidos com esta seriação é a progressiva "empresarialização" da educação integrada numa estratégia mais vasta que visa a anorexia do sector público e a correspondente obesidade do mercado pela via da desqualificação da escola pública

Devem-se ainda evidenciar alguns dos limites metodológicos do estudo que não teve em linha de conta o número de alunos levado a exame por cada escola, fazendo com que a "melhor" escola numa determinada disciplina tenha apenas levado um aluno a exame. Esta seriação não teve também em linha de conta as profundas discrepâncias sociais existentes em vários concelhos. Em Setúbal, permitiu a comparação em pé de igualdade da escola da Bela Vista integrada num bairro socialmente guetizado e deprimido com a escola Secundária do Bocalge, ex-liceu frequentado por alunos pertencen-

tes maioritariamente à classe média alta. Escolas que distam uma da outra escassos três quilómetros, ficaram a centenas de lugares de distância neste ranking. Estas comparações são profundamente injustas e podem ter um efeito devastador sobre as escolas entrando num ciclo perverso de "culpabilização das próprias vítimas" como sustentava Bourdieu.

No entanto, do meu ponto de vista, um dos aspectos mais perigosos e perversos dos *rankings* reside no facto de permitir um processo de legitimação de uma pedagogia tradicional que valoriza em exclusivo os processos de aquisição passiva de conhecimentos.

A entronização do resultado do exame final do 12º ano como um campeonato nacional mediático, a que concorrem equipas de várias divisões, que só aparentemente estão em pé de igualdade, vai promover uma pressão sobre os professores para que promovam estratégias pedagógicas, que valorizem formas de aquisição de conhecimentos, baseadas na memorização. Esta pressão vai-se de resto exercer logo a partir do ensino básico introduzindo formas de competitividade que assegurem os melhores resultados no *ranking* final. Progressivamente o significado desta opção pedagógica vai conduzir num primeiro momento à subvalorização do desenvolvimento de competências sociais, impedindo os alunos de se apropriarem de instrumentos de acesso à compreensão e à participação activa na sociedade, e a prazo à exclusão de atitudes e valores no domínio das relações inter-pessoais, de sociabilidade e de solidariedade.

Deste modo, assistiremos ao agravamento da função selectiva da escola, desvalorizando o carácter formativo da avaliação, para perseguir um novo/velho modelo de avaliação que permitirá formatar os alunos, através de um processo mecânico identificando aqueles que no final do ciclo de estudos se enquadrarão na norma pré-estabelecida, de tal modo, em que a excelência de uns será sempre a condenação de outros.

Por seu lado o professor é julgado fundamentalmente pelos resultados "dos produtos cognitivos" que consegue alcançar, mas estes produtos cognitivos dependem, cada vez menos, da acção e das performances pedagógicas e científicas do professor e cada vez mais da capacidade económica dos pais, dos contextos sociais dos alunos e de uma "indústria" de explicações que suportam este processo de "alta competição", na perseguição de um *podium* a que só alguns eleitos poderão aspirar. Os efeitos perversos desta forma de avaliação potenciam o desenvolvimento de um revisionismo pedagógico que assume, já para alguns oráculos, a defesa de uma espécie de

utopismo regressista, em que a licealização do ensino secundário corresponderia ao modelo ideal capaz de premiar os que conseguem resistir com sucesso neste novo mundo exigente e competitivo. Aos outros o mercado encarregar-se-ia de os integrar, repelir, traçar ou excluir...

*Escola Superior de Educação de Setúbal

